



RELATÓRIO DO GT DA 7^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DE GESTÃO E GOVERNANÇA

Data: 26/09/2023

Horário: 09:00 horas

Por videoconferência

PAUTA

Dra. Ana Carolina - Subsecretária SES GO, se apresentou e disse ser o seu primeiro GT, atua como subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura da Secretaria de Saúde, está à frente da secretaria desde março. Disse esperar contribuir da melhor forma possível.

Dra. Patrícia Palmeira – Presidente COSEMS, desejou boas vindas à Dra. Ana Carolina.

Dra. Ana Carolina – Subsecretária SES GO, disse acreditar que todos receberam, que houve um outro pedido de inclusão de pauta. Perguntou se a Dra. Patrícia recebeu? Disse que a Dra. Lirce encaminhou primeiro uma pauta inicial e depois um outro pedido de inclusão com mais dois itens.

Dra. Lirce Lamounier – Secretária Executiva, disse que passou para a Dra. Jaqueline, para a Dra. Patrícia, para a Dra. Silvana, para o Dr. Luciano, e agora para Dra. Ana Carolina em seu WhatsApp.

Dra. Ana Carolina – Subsecretária SES GO, confirmou que recebeu e agradeceu. Disse que só estava confirmando com a Dra. Patrícia.

Dra. Patrícia Palmeira – Presidente COSEMS, confirmou o recebimento. Perguntou se vão começar pela inclusão ou pela outra pauta e depois volta?

Dra. Ana Carolina – Subsecretária SES GO, disse pra começar pela pauta principal.

1 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

1.1 – Atual situação do transporte para pacientes que necessitam da USA da Região Serra da Mesa Base Descentralizada de Uruaçu (Josimar Nogueira Alves – Secretário de Saúde de Uruaçu / Mirella Lorena Marques – Secretária de Saúde de Hidrolina)

Dra. Patrícia Palmeira – Presidente COSEMS, disse que essa pauta já foi discutida ontem no GT de Atenção.

1.2 – Discussão da Resolução nº 335/2021 – CIB, de 18 de novembro de 2021. (COSEMS)

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, afirmou que a pauta foi solicitada em razão de terem chegado algumas demandas ao COSEMS por meio de apoiadores e até mesmo de algumas assessorias técnicas, além de ter sido abordada com a Secretaria Executiva, relacionadas ao formato das reuniões da CIR, CIM e da CIB, que, até o momento, continuam sendo realizadas de forma híbrida. Muitos gestores têm relatado dificuldades, destacando os esforços para participar das reuniões presenciais, inclusive enfrentando longas distâncias para comparecer. Reconheceu que as reuniões presenciais são mais produtivas. No entanto, em algumas regiões, técnicos da Secretaria de Estado foram convidados a participar presencialmente das discussões, mas têm participado de forma remota. A pauta foi apresentada com o objetivo de ser discutida e, caso haja consenso entre as partes, que possa seguir para pactuação, visando à revogação da resolução vigente, conferindo autonomia às instâncias de decisão. Apontou duas situações distintas: algumas CIRs, em determinadas regiões, compreendem que a modalidade híbrida pode continuar; outras defendem a realização 100% presencial. A resolução atual estabelece a forma híbrida como possível, o que vem sendo praticado. Relatou que já ocorreram ruídos em algumas reuniões, e, por isso, a proposta de rediscutir a resolução foi trazida. A intenção é verificar a possibilidade de permitir que cada instância defina o formato das reuniões conforme as necessidades das respectivas Macrorregiões de Saúde.

Dra. Patrícia Palmeira – Presidente COSEMS, complementou a fala destacando que a pauta foi trazida para ser discutida, permitindo que os colegas pudessem se manifestar, justamente em razão do que foi apresentado pela Dra. Jaqueline. Ressaltou que há regiões em que os gestores precisam percorrer longas distâncias por estradas de terra, em condições precárias de acesso, mas, ainda assim, preferem participar presencialmente, pois não dispõem de sinal de internet. Nessas localidades, os gestores são prejudicados durante as reuniões, já que muitas vezes não compreendem o que está sendo apresentado, a reunião não ocorre adequadamente ou sequer conseguem acessar a plataforma. Foi por conta dessas diversas realidades que a pauta foi incluída para discussão.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, relatou que já houve registros de reuniões híbridas em que técnicos das regionais, mesmo estando no município onde a reunião presencial estava sendo realizada, não participavam presencialmente com os gestores no auditório durante a apresentação das pautas. Ressaltou que a questão da conectividade também afeta a Região Metropolitana. Lembrou que, no momento da pactuação da resolução em vigor, o cenário

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

epidemiológico ainda era de avanço nos casos de COVID-19, o que justificava a adoção do formato híbrido. No entanto, destacou que a realidade atual é diferente.

Dra. Andréia Abbes – SMS/São João da Aliança/COSEMS, afirmou ter sido uma das pessoas que apresentaram queixas à própria Secretaria de Estado da Saúde, inclusive em conversa com a Dra. Simone. Explicou que a região enfrenta sérias dificuldades de acesso, conforme já mencionado pela Dra. Jaqueline. Muitos colegas percorrem longas distâncias por estradas precárias para participar das reuniões, fazem um esforço significativo para estar presentes, mas, ao chegarem ao local, ainda enfrentam obstáculos na comunicação, pois a conectividade na região Nordeste é muito ruim. Destacou que, por conta disso, muitos não conseguem acompanhar adequadamente o que está sendo discutido, o que compromete o andamento das pautas. Ressaltou que, com a presença física, as discussões se tornam mais ricas, pois há uma melhor compreensão das dificuldades enfrentadas pelos colegas, gerando identificação e ampliando as possibilidades de contribuição para os temas debatidos.

Dra. Daniela Sallum, complementou a fala afirmando que o cenário epidemiológico atual é completamente diferente, considerando as situações enfrentadas. Informou que, em sua região, desde o mês de abril, foi publicada uma resolução da CIR determinando que as reuniões seriam presenciais. No entanto, desde então, vivem uma situação constrangedora, pois técnicos da regional, ao conseguirem um link com o técnico do Estado, acabam utilizando o celular para gravar ou filmar a reunião. Diante disso, reforçou que, se houver a necessidade de manter o formato híbrido, será necessário retomar a discussão e avaliar novamente essa possibilidade.

SMS de Gameleira, reforçou a importância da realização das reuniões presenciais, considerando que a agenda destinada aos municípios e gestores ocorre uma vez por mês. Destacou não haver dúvidas quanto à maior produtividade das reuniões presenciais em comparação às online. Argumentou que os desafios enfrentados na saúde exigem ações conjuntas, e que é fácil ficar isolado, apenas apontando problemas ou culpando os outros. O objetivo das reuniões presenciais, segundo pontuou, é justamente aproveitar melhor os encaminhamentos, tanto para organizar os serviços nos municípios quanto para fortalecer a articulação com o Estado, promovendo maior qualidade na integração entre os dois níveis. Enfatizou que é muito difícil manter uma comunicação eficiente apenas por WhatsApp ou e-mail. Ressaltou que os gestores, muitas vezes, não têm condições de acompanhar todos os e-mails em tempo real. Comentou que, em diversas reuniões, ouve-se de equipes técnicas do Estado que todas as informações foram enviadas por e-mail, mas que essa forma de comunicação não é eficaz, uma vez que nem sempre há tempo para acompanhar as mensagens, além da frequente ausência de resposta. Relatou que já foram feitos diversos encaminhamentos em reuniões para que determinados assuntos fossem tratados por e-mail, como no caso dos problemas relacionados à retenção de ambulâncias, mas questionou a efetividade dessa prática, pois os e-mails não têm gerado resultados concretos. Reforçou que não é possível manter uma comunicação apenas por meio de máquinas; é necessário o



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

contato direto, frente a frente, para garantir o aproveitamento dos encaminhamentos e a qualificação da assistência, promovendo a melhoria dos serviços tanto nos municípios quanto no Estado. Concluiu afirmando que a resolução ou o acordo construído a partir dessa discussão facilitará o gerenciamento das ações por parte de todos os coordenadores de CIR.

Dra. Kelly Karinnie – apoiadora Nordeste I e II, apontou a questão da conectividade como um problema recorrente. Mencionou que, por exemplo, no dia anterior, durante a reunião do Grupo de Trabalho (GT), muitos gestores não conseguiram participar, mesmo com pautas importantes em discussão para a região. Relatou que a internet estava instável e, em alguns pontos, houve até queda de energia, comprometendo ainda mais a realização do encontro. Destacou que, além das dificuldades com a internet, os territórios enfrentam também interrupções no fornecimento de energia, o que prejudica significativamente o andamento das reuniões. Relembrou que, nas regiões, foram pactuadas reuniões presenciais e itinerantes, mas que essas deliberações nem sempre são cumpridas. Como exemplo, citou a última reunião da região Nordeste I, em que o município que sediaria o encontro não tinha conectividade e necessitava do link da SES para viabilizar a reunião. Relatou que os municípios se deslocam por estradas de terra, enfrentando dificuldades como danos em veículos e trajetos longos até a noite inclusive, gestores, especialmente mulheres, já enfrentaram tais situações sozinhas. Afirmou que diversos obstáculos são enfrentados pelos gestores para que possam se locomover dentro do território e cumprir com o que foi pactuado nos espaços de gestão. Reforçou o pedido para que sejam respeitadas as pactuações realizadas nos territórios, de modo que os gestores possam organizar suas reuniões conforme acordado e programado. Destacou que, ao receber uma reunião da CIR em seu município, o gestor realiza todo um planejamento, que pode envolver a presença do prefeito, organização de coffee break, entre outros detalhes que fazem parte da logística do evento. Chamou a atenção para a dificuldade da Secretaria de Estado da Saúde (SES) em ouvir os gestores de forma eficiente nas reuniões híbridas. Observou que, muitas vezes, os gestores estão falando, mas os participantes que estão online não conseguem compreender, dizendo que não escutam ou não entendem, em razão da má qualidade da comunicação. Ressaltou que, nas reuniões presenciais, surgem conversas paralelas e intervenções importantes para as tomadas de decisão, e que essas interações frequentemente se perdem quando o formato é híbrido, já que quem está no link não consegue captar essas contribuições com clareza. Apontou que essa falha de comunicação prejudica não apenas os gestores, mas também os próprios técnicos da SES, dificultando a interação e a escuta qualificada.

Dra. Simone Camilo – Gerente das Regionais, declarou ter ficado surpresa com algumas das falas apresentadas. Ao ouvir relatos de que as regionais conseguem links e utilizam celulares para gravar, interpretou essa ação como um esforço das regionais para garantir que as reuniões ocorram, uma vez que a CIB é uma instância bipartite, composta pela Secretaria de Estado e pelas representações municipais. Esclareceu que, ao buscar um link, entende-se que a resolução vigente ainda está em vigor e, portanto, é necessária a participação da Secretaria de Estado nas reuniões. Informou que a SES

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

disponibiliza representantes para participarem das reuniões e discutirem as pautas, orienta as Regionais de Saúde e fornece o link para garantir a presença do nível central. Afirmou que as regionais não realizam gravações das reuniões e parabenizou o esforço das equipes das Regionais de Saúde na operacionalização dos encontros. Ressaltou que, por se tratar de uma instância bipartite, as reuniões envolvem tanto a Secretaria de Estado quanto os municípios. Enquanto permanecerem no formato online, essas serão as condutas adotadas. Caso ocorra a mudança para o formato presencial, outras diretrizes serão estabelecidas.

Dra Lidiane Martins – SMS Divinópolis e COSEMS, relatou que também enfrenta grandes dificuldades para participar das reuniões presenciais, especialmente devido ao difícil acesso. No entanto, reforçou a importância da realização desses encontros de forma presencial, afirmando que o impacto nos municípios é significativo. Destacou que as reuniões presenciais contribuem para qualificar e melhorar os resultados das discussões, e que os secretários municipais não medem esforços para estarem presentes nos diversos espaços, deslocando-se de seus municípios para garantir reuniões com qualidade. Solicitou uma atenção especial da Secretaria de Estado da Saúde, destacando a importância de que também haja deslocamento por parte da equipe estadual, com presença efetiva no território e apoio às ações locais. Enfatizou que as reuniões bipartite demandam o esforço conjunto, reconhecendo que as Regionais têm se empenhado para marcar presença em todas as áreas, mas ressaltou que a área técnica da SES também precisa estar presente nesse esforço coletivo.

Dra. Andréia Abbes – SMS/São João da Aliança/COSEMS, disse que os Municípios precisa da presença da SES, para algumas situações a Regional atende muito bem, outras são para ser tratadas no nível Central, decidir já, não dá aguardar o GT ou a CIB, é um momento que precisa da SES no Município.

Dra. Ana Carolina - Subsecretária/SES, disse que as pontuações são importantes, precisam ser consideradas, para a SES deslocar demanda uma organização, uma estruturação maior, no caso dos Municípios já estão nas suas localidades, a SES precisa da logística para viabilizar a participação nas reuniões presenciais, além dos impactos financeiros, propõe manter essa resolução para online até o próximo mês, e no GT trazer proposta, estruturar administrativamente, para estar presente nas reuniões, e efetivamente, atenderam os anseios da participação de forma mais qualitativa como é pleiteado pelos municípios.

Dra. Andréia Abbes – SMS/São João da Aliança/COSEMS, disse que algumas CIMs e CIRs não vão funcionar, independente da presença ou não do nível Central, de forma híbrida, os Municípios precisam de reuniões presenciais, tem autonomia para

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

essa decisão nas suas regiões, são gestores, já estão no território, é um movimento dos Municípios que pede a participação da SES, alguns problemas a Regional resolve, mas certas ocasiões precisa da SES no Município.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS/ Inhumas /Presidente do COSEMS, sugeriu o encaminhamento da pauta para a CIB, propondo que seja pactuado que, nas plenárias das CIRs e CIMs, os gestores da região e da Macrorregião de Saúde deliberem sobre o formato das reuniões, se presencial ou híbrido. Ressaltou que, da forma como está atualmente, não é viável manter o modelo por link, e que não se pode aguardar até o próximo mês, pois haverá prejuízos em outras reuniões. Enfatizou que não há produção nem produtividade quando se tenta interpretar reuniões com dificuldades de conectividade.

Dra. Kelly Karinnie – apoiadora Nordeste I e II, pontua que as reuniões de CIR e CIM nunca acontecem sem a presença dos técnicos e coordenadores das Regionais, entende que as regionais representam a SES, sem a presença dos técnicos de nível central do Estado não é bipartite, não tem reunião só com gestores não seria CIR ou CIM.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS/Inhumas/Presidente do COSEMS, concorda, coordenador da região que é a Regional, gestores, coordenador de CIR e o vice é bipartite.

Dra. Kelly Karinnie – apoiadora Nordeste I e II, reforça que não faz reunião sem a presença do Estado, as reuniões da região acontecem de forma bipartite, inclusive já tem a resolução pactuada na CIR com os locais definidos, já está deliberada essa questão.

Dra. Ana Carolina - Subsecretaria/SES, pontua que a SES tem autonomia para eleger seus representantes, as pontuações foram anotadas, são importantes merecem ser consideradas, estão rediscutindo coisas que já tinham sido pontuadas, foi registrado as duas propostas: necessidade do retorno das reuniões presenciais, por dificuldades de deslocamentos, e que a Regional tenha autonomia para decidir, esse ponto a SES discorda, ela define quem vai representá-la na reunião, acha que essa discussão não está madura para deliberar hoje, reitera a proposta para ser mais produtivo criar um grupo de trabalho para discussão, mais concreta, avançar, trazer dois momentos distintos um para deliberar a questão presencial outra como se dará essa representação, a SES precisa estruturar e organizar, estar presente para atender os anseios dos Municípios, entende que os coordenadores regionais têm um papel importante fazem



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

parte da Secretaria mas por uma questão de decisão administrativa a presença dos técnicos Centrais é importante para manter um alinhamento, é uma forma de trabalho, foi construída é marca dessa gestão, a SES não está recusando rever a mudança, é importante sim, no momento trazer uma proposta concreta para discussão no próximo GP.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, pontua que do ponto de vista colocado, ter que rever as resoluções e os regimentos de CIR e CIM, sobre essa perspectiva porque a resolução traz que a representação da Secretaria de Estado na região de saúde é das Regionais, se porventura o nível central da Secretaria de Estado não pode estar presente nas reuniões, os técnicos das regionais precisam ser subsidiados tecnicamente para posição por parte da Secretaria de Estado, comprehende que é necessário um planejamento financeiro e orçamentário em função dos deslocamentos, antes da pandemia já eram previstos, a participação ativa dos técnicos das regionais nas reuniões de CIB, a quantidade hoje não é como antes da pandemia, precisa rever os processos de trabalho, pós pandemia, virtual foi importante naquele momento, mas as necessidades mudaram, é urgente fazer encaminhamentos operacionalizados e a participação ativa da Secretaria de Estado enquanto coordenadora deste processo seja nível Central ou Regional de saúde, precisam estar próximas dos Municípios, sobre essa perspectiva da SES não estar presente e regional não pode representá-la então precisamos rever, porque não é isso que está nos regimentos das Comissões Intergestoras.

Dra. Simone Camilo – Gerente das Regionais, concorda Jaqueline, com a nova gestão com a criação da Gerência das Regionais precisa rever o Regimento, ter nova visão, uma proposta para ser discutida no próximo mês, precisa da representação das Regionais nas Comissões Intergestores nas CIRs, hoje existe uma gerência das regionais trabalhando os Comitês, existe o planejamento, toda a questão da Secretaria de Estado que precisa ser revista para funcionar.

Dra. Ana Carolina – Subsecretaria/SES, pontua com reforma administrativa a criação da gerência de regionais é exatamente para fortalecer as Regionais, ter um alinhamento com o central e aos municípios, apoiar de forma mais próxima mais alinhada, os anseios dos Municípios são os mesmos da SES, caminhando no mesmo sentido, não precisa discutir, não são posições contrárias, não tem uma proposta pronta para deliberação neste momento, solicitar trazer uma proposta GT para discussão, todos os objetivos é participar de forma mais efetiva e mais próxima dos Municípios.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Andréia Abbes – SMS/São João da Aliança/COSEMS, afirmou que o movimento de regionalização acaba sendo comprometido quando decisões já construídas são desconsideradas, ficando a decisão exclusivamente sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde, quando, na verdade, trata-se de uma instância bipartite.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS/Inhumas/Presidente do COSEMS, disse que não está havendo bipartite porque está ignorando a dificuldade das regiões que não tem condição de fazer reunião, a posição do COSEMS é encaminhar para CIB para dar autonomia a CIRs, não impede trazer a pauta no próximo GT para propostas serem analisadas de reconstrução de reavaliação do Regimento nada está sendo ignorado, tudo que foi colocado deve ser feito, quanto mais discute mais avança, da inércia não há avanço, precisa encaminhar a pauta para sempre CIB para dar autonomia para as assembleias de CIRs e de CIMs decidirem.

Dra. Simone Camilo – GERES/SES, Perguntou se leva para CIB para ser pactuado.

Dra. Loreta Marinho – GERAS/SES, disse que ninguém está desconstruindo, estão caminhando na construção do SUS bipartite. Disse que concordo com todas as falas do COSEMS e Estado. Desde que começaram a discutir bipartite lá nos colegiados da CIRs gestor que foi mapeado foi dado a liberdade para se discutir, tinham discussões muito organizadas nas discussões bipartites porque tinham GTs bem estruturados, representantes nomes estabelecidos, com a pandemia tiveram uma quebra que tinham as discussões no GTs nas CIRs tudo presencial com a pandemia teve esse afastamento, que é necessário sim presencialmente, e acha que estão caminhando para isso e tem dispositivos novos, tem trabalhado desde o dia que chegou que inclusive passou na CIB anterior a não tem que desconsiderar o que tem pactuado em termos de discussão de efetivação da rede, tem dispositivos novos com Planejamento Regional Integrado tem um grupo comitê gestor macro regional das redes e tem que fortalecê-los. Essa dificuldade que tem enquanto rede tem que ser lá, foi feito recentemente cinco oficinas e falaram como que esse processo de redes acontecem depois que foi personalizada o Planejamento Regional Integrado criado comitê gestor, que esse comitê que se discuta nesse comitê que não é deliberativo mais vai fortalecer as regionais vai fortalecer as discussões nas CIR nas CIM e CIB, desde o começo do ano que essa gestão chegou quando a gerência das regionais, gerência de redes voltou que está trabalhando Planejamento Regional Integrado que vem caminhando com esse intuito, então tem que caminhar assim na melhor maneira possível para que as regionais seja autônomas mas por enquanto o nível central tem que estar junto tem que falar disso todo dia, e vão se organizar do jeito que tem falado, fortalecer o comitê gestor macro regional das redes, que é ele que vai mostrar quais as dificuldades quais as tendências para que não tenha reuniões grandes com vários discussões sem resposta, se não efetivar o que tem pactuado nessa estruturação, efetivação operacionalização nas discussões das redes

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

considerando os dispositivos que tem pactuado no grupo operacional, grupo condutor da rede, do comitê de gestão macro regional das redes para que fortaleça a discussão e quando for para as instâncias estarão mais forte nas discussões e as pautas acontecem as discussões se define, porque quem estão nesse comitê somos nos, são a secretaria as áreas técnicas de todas as redes, são todas as áreas da secretaria e dos Municípios buscando o mesmo intuito, organizar as redes, o que está acontecendo é que estão discutindo, e que estão esquecendo o que tem pactuado, Acha extremamente necessário definir como que vai ser a reunião daqui para frente, e acha que todos estão querendo a mesma coisa, mas não podem esquecer o que tem pactuado e fortalecer à distância de discussão da rede, não podendo esquecer do comitê que vão discutir toda redes para que CIB lá no regimento na portaria na resolução CIB que está escrito fortalecer as discussões nas instâncias de liberação e pactuação, então que tem caminhado para isso e tem que seguir nesse mesmo rumo, e acha que tem que se discutir é presencial ou não, pelo contrário acha que está querendo fortalecer e sem esquecer o que tem pactuado nos últimos dias. Particularmente acha que está caminhando nesse rumo ele só precisa combinar direitinho como que vai ser porque o que tem feito nos últimos dias foi combinar como que vai organizar isso bipartite, o interesse e a rede que é de todos Estado e municípios, e para que isso aconteça tem que estruturar as instâncias que são operacionais e técnicas para apoiar as distâncias de deliberação, falou tanto em governança da rede governança institucional do SUS, acha tem que trabalhar nessa lógica.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas/Presidente do COSEMS, disse que concorda a fala da Dra. Loreta pois estão todos falando a mesma coisa com os mesmos anseios, e encaminhar para CIB para pactuar que cada plenária de região e de CIM decida delibere o formato das reuniões que eles têm condição de fazer e além disso continuar discutindo em todos os espaços essas propostas que vocês colocaram que a SES precisam apresentar, ou seja, a proposta enquanto COSEMS caminhar juntos, trazerem as propostas para o próximo GT e passar nessa CIB a proposta da autonomia de regiões e macrorregiões decidirem o formato de reuniões.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, afirmou que, se for necessário rediscutir os regimentos, se coloca à disposição para isso, mas ressaltou que é fundamental avançar no fortalecimento dos espaços de gestão. Destacou que todas as estratégias possíveis precisam ser consideradas para que as regiões sejam fortalecidas, especialmente por meio das Regionais de Saúde, que são o braço da Secretaria de Estado no território. Enfatizou que sempre reforça essa visão, pois entende que Regionais de Saúde fortalecidas e empoderadas refletem diretamente na qualidade da gestão municipal. Afirmou que estão ao lado e à disposição, reconhecendo a consideração e o respeito mútuo, especialmente no momento atual, com a Gerência das Regionais. Reforçou que estão disponíveis para somar esforços no fortalecimento dos espaços de gestão por meio das Regionais de Saúde, pois o objetivo final é o mesmo, e que não se trata de dividir, mas de unir esforços. No entanto, é necessário construir consensos e compreender quais são as melhores estratégias para fortalecer as comissões intergestoras, sejam elas regionais ou macrorregionais, destacando que a

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

aproximação entre os entes é fundamental. Ressaltou que é necessário adotar estratégias que qualifiquem as reuniões e esses espaços de discussão, e que, se for preciso rediscutir os regimentos, isso deve ser feito, pois, de fato, há dispositivos que precisam ser revisados e adequados às necessidades atuais dos espaços. Finalizou reafirmando que é preciso caminhar sempre na direção do fortalecimento dos espaços, pois, caso contrário, haverá enfraquecimento.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura/SES, propôs levar para CIB nesse sentido que vocês propuseram o seguinte até o próximo mês se as CIRs e CIMs as plenárias deliberarem se será feito híbrido presencial ou online e tanto COSEMS quanto à SES apresentam uma nova proposta de estruturas dessas reuniões para o próximo GT.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas/Presidente do COSEMS, no caso para o próximo GT seria a SES, se verbalizou aí que tem uma nova proposta a proposta que o COSEMS está trazendo como representação de todos os municípios aqui que deliberaram nas suas regiões a dificuldade das reuniões híbridas é essa, e já se sente contemplado porque o que precisa colocar aqui enquanto COSEMS é a demanda dos municípios que trouxeram, então já se sente contemplado. Como SES colocou que tem propostas para caminhar para rever regimento e tudo mais, podem trabalhar junto nessa proposta mas já sente contemplado com a apresentação em CIB para pactuar que a autonomia é da CIRs e CIMs visto que hoje a resolução permite os três formatos híbrido, presencial ou somente online e os gestores de todas as regiões tirando o Sudoeste 1 e 2 que não verbalizaram todas as demais regiões estão reclamando da precariedade das reuniões de não entender o link, de cair, de não participar porque não vão entender nada esvaziando espaços essa queixa e geral e se 16 regiões tem reclamado acha que isso e um termômetro pra trazer para CIB revogar a resolução 533, e pactuar que autonomia é das assembleias de plenárias de CIRs e CIMs.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura/SES, disse que para não perder a continuidade da discussão que não vai ser superada agora mas que a SES vai trazer outra proposta poderia levar dessa forma mas já colocando na reunião que vai ficar desse jeito de acordo com a plenária da CIRs e CIMs deliberarem o formato da reunião até que a SES vai apresentar nova proposta no próximo GT e que vai ser discutido e aprovada, o que não quer é que deixe como se já fosse uma decisão tomada e que não vai ter mais discussão não vai ter mais avanço nesse assunto porque vai realmente continuar discussão com todos e poderia colocar aqui ou estabelecer um prazo por exemplo as próximas por 60 dias porque se trouxer na próxima reunião e se não avançar e precisarem de mais discussão ou também precisamos rever mais alguma coisa, todos já vão ser contemplados nas suas solicitações e tem esse prazo de 60 dias para criar um formato conjunto. Porque não vão ser prejudicados enquanto isso está sendo discutido. Podendo encaminhar para CIB que nos próximos 60 dias as reuniões serão no formato que as plenárias de CIRs e CIMs decidirem isso seria já uma deliberação, então já tem a segurança que as próximas duas sessões serão o formato que as plenárias decidirem e colocam no outro artigo também de que neste prazo vai ser apresentada pela secretaria

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

de saúde uma nova proposta para a pactuação com o COSEMS para apresentar a proposta discutirem aprimorarem de um jeito que entre no consenso com todos.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas/Presidente do COSEMS, disse que não precisa vir no texto da resolução, como estão todo mês se encontrando no grupo técnico, pode como aconteceu agora de ver a necessidade desse rediscussão pautar de novo a rediscussão da portaria da resolução, não acredito que isso precisa vir redigido que haverá nova discussão

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, disse que precisa considerar autonomia dos espaços e das comissões porque a bipartite e também é representada lá na região de saúde através dos gestores e das regionais de saúde, e propor que os coordenadores de CIRs presente com os coordenadores de regionais colocassem pauta o posicionamento reforçando aquelas CIRs que já tem pactuado o formato das reuniões ou que redijam um documento um ofício aquelas que ainda não se manifestaram que se manifeste que acha que isso é quando fala de planejamento ascendente é isso é ouvindo o território e precisa compreender que o território são os municípios e a Secretaria de Estado através dessas regionais de saúde, as CIRs poderiam se manifestar aquelas que ainda não se manifestaram da parte da Regional de Saúde não tem governabilidade e nem sobre autonomia do gestor também com os coordenadores de CIR mas fica como uma sugestão que as CIR se manifestem é importante.

Simone Camilo – GERES/SES, perguntou se precisa de resolução CIR.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, compreendendo que a autonomia deles e entende que sim compreendendo que está querendo dar autonomia a eles,

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas/Presidente do COSEMS, disse que por isso que foi pedido para ser pautado nesse GT pelo descumprimento das resoluções CIR, reclamaram que tem deliberado e pactuado no território e não tem sido respeitado.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, disse que aqueles que ainda não se manifestaram que se manifeste é importante mesmo compreendendo que os técnicos das regionais administrativamente são subordinadas a Secretaria de Estado e compreende isso mas a partir do momento por exemplo que uma bipartite em âmbito regional define por exemplo que uma CIR ela é itinerante e que a depender do município que vai ter essa CIR tem problemas com conectividade o que é que vai obrigar a ter um link para participação do nível central, acha que estão gastando resolução CIB com coisa que às vezes não convém, mas o que estão querendo demonstrar nesse sentido e trazer o que estão escutando no território, é de deixar que a autonomia deste espaço seja respeitado, até está sendo discutido isso internamento no escritório do COSEMS da assessoria técnica, está retumbante solicitar algo que em tese já deveria ser respeitado dado até a questão dos próprios regimentos, e quem não



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

se manifestou deveria se manifestar é só para dar robustez e para reforçar aquilo que está querendo demonstrar.

Dra. Daniela Sallum – SMS de Iporá, complementou que é autonomia mesmo do colegiado a decisão de ser presencial na região foi para fortalecer e encorajar a participação ativa com os gestores assim como seus técnicos né porque entre uma reunião presencial aonde o município que vai acontecer ele tem gastos com isso seja com café da manhã um almoço um lanche, alguns gostam de lembrancinha para o gestor e técnicos que estão ali participando se você for pôr na balança entre a reunião híbrida e bem mais fácil para o gestor. Entende que os técnicos da Regional também é SES, a Regional é o braço direito da SES. O momento é de aproximação entre a SES e os técnicos.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura/SES, disse que estão reiterando as considerações que foram feitas. O COSEMS considerou para levar a pauta para a CIB e assim ficaria encaminhado para o item ir para a pauta da CIB como discussão e pactuação.

2 – DISCUSSÃO E PACTUAÇÃO

2.1 – Transferência de gestão dos Municípios de Anhanguera, Nova Iguaçu de Goiás e Santa Isabel. (GEPASS)

Dr. Ricardo Nunes – Gerente da PI/SES, disse que o assunto estava na pauta pela necessidade de passar pela CIB. Os três municípios são municípios que ainda estava sobre Gestão Estadual em seus estabelecimentos e em razão da necessidade de transferência da gestão para o município. Então colocaram na pauta a transferência destes municípios, tecnicamente já foi articulado junto aos municípios.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas/Presidente do COSEMS, afirmou que, pelo COSEMS, estava tudo certo.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura/SES, disse que o item ficava encaminhado para a pauta da CIB.

2.2 – Pactuar a solicitação de incremento do Teto MAC para o Município de Luziânia no valor de R\$ 7.486.921,51 (sete milhões quatrocentos e oitenta e seis mil, novecentos e vinte um reais e cinquenta e um centavos) anual, a mais do Teto MAC

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

atual, para custeio das ações destinadas a população própria e referenciada. (SMS – Luziânia).

Dr. João Victor – SMS de Luziânia, disse que fizeram um estudo e verificaram que o valor repassado estava abaixo da atividade executada. Com isso solicitava o aumento do incremento para o município.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas/Presidente do COSEMS, perguntou sobre a pontuação que a área técnica da SES faria acompanhamento de uma planilha que iria para o Ministério de forma padronizada os pedidos de Goiás. Perguntou se estava tudo certo.

Dr. Ricardo Nunes – Gerente da PPI/SES, disse que recebeu os documentos do município de Luziânia com os valores. Respondeu que não se recordava do assunto mencionado pela Dra. Patricia.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas/Presidente do COSEMS, disse que era uma planilha que foi construída junto com a Dra. Cida, que foi apresentado no GT.

Dr. Ricardo Nunes – Gerente da PPI/SES, disse que lembrava que houve uma apresentação feita pela Dra. Aparecida de um fluxo, entretanto não houve pontuação.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas/Presidente do COSEMS, disse que a planilha está dentro do fluxo. A planilha é um dos documentos que estão na solicitação de recurso.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretaria Executiva COSEMS, disse que no mês de maio foi apresentado e pactuado uma proposta de modelo padrão para que os municípios e a SES para a solicitação de recomposição de Teto. Perguntou se foi feito o documento.

Dr. Ricardo Nunes – Gerente da PPI/SES, respondeu que não se recordava, não lembrava se tinha dado continuidade dessa discussão.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas/Presidente do COSEMS, pediu para que a Secretaria Executiva encaminhava para o Ricardo para que ele lembre do assunto para que consigam cumprir o que foi discutido. Pelo COSEMS estava encaminhada a pauta para pauta da CIB.

2.3 – Pactuar a solicitação de incremento do Teto MAC para o Município de Morrinhos no valor de R\$ 563.089,06 (quinhentos e sessenta e três mil, oitenta e nove reais e seis centavos) anual, a mais do Teto MAC atual, para custeio das ações para a



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

população residente e referenciada. (SMS – Morrinhos).

Dr. Alexandre Neves – SMS de Morrinhos, disse que fizeram um levantamento das execuções verso ao Teto MAC. Inicialmente conseguiram comprovar a diferença e por isso solicitam essa recomposição ao município. Ficou de compartilhar o documento do Município.

Dr. Alexandre Neves – SMS Morrinhos, realizou a apresentação da solicitação ao Ministério da Saúde para incorporação de recursos financeiros ao Teto Financeiro Federal de Média e Alta Complexidade (Teto MAC) do município de Morrinhos, Estado de Goiás, sob Gestão Municipal. O pleito refere-se à incorporação de recursos por extrapolação do Teto MAC. Apresentou um panorama do município, destacando que a receita utilizada é própria. Foi exibido um slide com a metodologia utilizada na avaliação, contemplando os seguintes itens: o período analisado foi de agosto de 2022 a julho de 2023; o teto foi extraído do site do Ministério da Saúde; a análise do teto considerou apenas os recursos MAC, excluindo os incentivos; a produção foi extraída do site DATASUS/TABNET; a análise da produção incluiu o faturamento do SIA (ambulatorial) e do SIH (hospitalar), considerando o tipo de financiamento MAC, o tipo de gestão (GM) e os valores aprovados por mês de competência. O levantamento da produção ambulatorial no período gerou um total de R\$ 3.441.858,13 (três milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e treze centavos). A produção hospitalar alcançou o valor de R\$ 2.469.648,25 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, seiscentos e quarenta e oito reais e vinte e cinco centavos). Esses dados estão disponíveis no Tabnet. O teto vigente era de R\$ 5.348.417,32, enquanto a produção total foi de R\$ 5.911.506,38, resultando em um excedente de R\$ 563.089,06 e um percentual de execução de 10,5%. Com base nas informações ministeriais, foi possível identificar e justificar essa diferença.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura/SES, referiu ir para pactuação, perguntou ao COSEMS

Dra. Patricia Palmeira – SMS de Inhumas e Presidente do COSEMS, perguntou se a pauta seria informe?

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura/SES, explicou que a pauta incluía dois itens extras, sendo um deles a alteração da pactuação por abrangência da Alta Complexidade no município de Luziânia, tema já tratado no item 2.4, que envolve fonoaudiologia, diagnóstico, tomografia e ressonância magnética, e que, naquele momento, faltava a inclusão desse item pela SES, o que foi apresentado. Informou que a Secretaria de



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Saúde, por meio de portaria, solicitou o incremento do MAC ao Ministério da Saúde no início de 2023, conforme Portaria 547. A SES recebeu um valor total de R\$ 114.408.456,70 (cento e quatorze milhões, quatrocentos e oito mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta centavos), porém o Ministério da Saúde destinou R\$ 19.496.626,14 (dezenove milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, seiscentos e vinte e seis reais e quatorze centavos), que corresponde ao teto máximo, valor de custeio, sendo o valor mensal de R\$ 1.624.718,14 (um milhão, seiscentos e vinte e quatro mil, setecentos e dezoito reais e quatorze centavos). Ressaltou que o CORA está em construção e, portanto, não há como alocar esse valor de custeio, que terá uma unidade de oncologia nesta primeira etapa, considerando o perfil. Foi feito o rateio do custeio mensal entre as unidades que oferecem serviço de oncologia, sendo: Hospital Estadual de Itumbiara, com valor de R\$ 1.255.210,52/mês; Hospital Estadual do Centro Norte Goiano, R\$ 1.581.850,55/mês; Hospital de Câncer Araújo Jorge, R\$ 1.805.618,00/mês; Santa Casa de Goiânia, R\$ 179.314,12/mês; Hospital Padre Tiago, R\$ 856.747,50/mês; e Hospital de Câncer de Rio Verde, R\$ 1.563.770,88/mês, totalizando R\$ 7.242.511,57/mês, valor custeado com recurso da Secretaria de Saúde. Em seguida, apresentou uma linha histórica da produção do Hospital de Câncer Araújo Jorge de janeiro a agosto de 2023, ilustrada em gráfico que mostrou o aumento da produção em oncologia, assim como o gráfico do Hospital de Itumbiara, que também registrou crescimento no mesmo período. A proposta da SES é que o montante referente ao CORA, de R\$ 1.624.718,14/mês, destinado pela Portaria 547/2023, seja repassado às unidades assistenciais sob gestão estadual que prestam serviço oncológico até a inauguração do CORA, preservando a finalidade do recurso para o serviço de oncologia. Demonstrou que o Estado custeia valor superior ao incremento oferecido pelo Ministério da Saúde e que, quando o CORA for inaugurado, o recurso retornará para ele, conforme proposta da SES.

Dra. Patricia Palmeira – SMS de Inhumas e Presidente do COSEMS, disse que foi apresentado o quanto essas unidades tenham atendido a demanda de Onco e houve a expansão no atendimento, sugeriu para resguardar primeiramente melhorar o texto, porque o texto não deve constar conforme está escrito para a resolução.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura/SES, referiu a escrita e leu: destinação do montante que faz referência ao CORA valor de R\$ 1.624.718,14/mês Portaria 547/2023.

Dra. Patricia Palmeira – SMS de Inhumas e Presidente do COSEMS, disse a sugestão é melhorar a redação dessa pauta e a Resolução ter força de Lei, precisa citar a Resolução que foi solicitada o incremento do Teto, pois não assina pedido para o CORA, assina a Resolução pedindo o aumento do Teto é o que resguarda a todos e

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

diante a Portaria 547/2023, que destinou recurso por unidade ficou hum milhão e tal, que foi destinado ao CORA, será destinado para oncologia dessas unidades estaduais de oncologia, até que o CORA inicie o atendimento. Acredita ser importante citar na Resolução o aumento do Teto e a portaria 547/2023, os dois a Resolução e Portaria. Disse que da forma como está a redação, nem a Resolução que tem a força de Lei, se tiver uma auditoria da AGU, daqui dez anos, não sabe explicar o foi esse assunto.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura/SES, disse que concorda e não vê problema, inclusive por parte do Ministério, quanto à análise do pedido, pois realmente não foi solicitado recurso de incremento do MAC para o CORA, já que o CORA está muito pautado no Ministério e nos diversos setores da Secretaria, que têm acompanhado a obra. Concorda com a sugestão, visto que resguarda a todos; corrigirá a redação, citará a Portaria, fará a solicitação do pedido e incluirá a Resolução que formalizou a solicitação, ficando previsto que o valor destinado ao CORA será destinado às unidades que oferecem serviços de oncologia até a inauguração do CORA.

Dra. Patricia Palmeira – SMS de Inhumas e Presidente do COSEMS, reforçou para citar a Portaria 147/2023 e a Resolução que solicitou o incremento do Teto.

Dra. Lirce Lamounier – Secretária Executiva da CIB, referiu a Dra. Ana Carolina dizendo que o valor destinado ao CORA.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura/SES, disse a Dra. Lirce que buscará o texto certinho da Resolução da CIB, que autorizou a solicitação do recurso e fará a redação da Resolução.

Dra. Patricia Palmeira – SMS de Inhumas e Presidente do COSEMS, disse em fazer uma contextualização de toda apresentação feita, que após a publicação dessa Portaria, encontrar para pensar em discutir a ampliação desse serviço de onco, em outra realidade que não afeta o serviço de onco, com o tempo seria muito investimento para pouco recurso, pois um milhão de reais para procedimento de onco não representa a realidade, e as unidades que terão condições de estruturar o atendimento de onco, terá recurso para atender e fazer o acompanhamento e já foi feito a análise de cada unidade que atender o serviço de onco será provisório e o recurso também é provisório.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura/SES, diz concordar, e conforme negociado para todos na apresentação o Estado já provem recursos estaduais em valores bem mais superior a esse do CORA e diversas unidades e diversos municípios também, e a produção

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

aumentou muito durante o ano todo. Disse fazer a adequação na Resolução de acordo com a solicitação do COSEMS e seguiu a pauta conforme a confirmação da Dra. Patrícia.

2.4 – Alteração da pontuação por abrangência de Alta Complexidade para o município de Luziânia. (SMS Luziânia).

Dr. Osvaldo – SMS de Luziânia, disse que foi solicitado a alteração de pontuação por abrangência para o município de Luziânia que ficaria 80% e o município de Goiânia e 20%.

Dra. Patricia Palmeira – SMS de Inhumas e Presidente do COSEMS, estava tudo certo.

Dr. Ricardo Nunes – Gerente da PPI/SES, disse que em relação aos serviços no parecer da Gerência de Redes de Atenção colocou como viável atender os serviços referentes a tomografia e fono. Entretanto em relação a ressonância magnética o município não dispõe dos serviços. A área técnica deu óbice no parecer de o município seguir com o serviço de ressonância magnética.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, disse que então precisa constar na Resolução o que pode fazer alteração.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura/SES, disse que no pedido de inclusão de pauta tem outro item: pactuar a alteração da abrangência de Alta Complexidade dos procedimentos de saúde auditiva, fono, diagnóstico e tomografia, diagnóstico de ressonância e magnética, permanecer 20% no município de Goiânia e passar 80 % para o município de Luziânia. Questionou se era essa pauta que se estava falando.

Dr. Ricardo Nunes – Gerente da PPI/SES, disse que pelo que viu é a mesma pauta, entretanto na inclusão de pauta o texto está completo, incluiu o nome dos serviços. O item para ir para a pauta da CIB, precisa tirar a parte que fala de ressonância magnética que está na inclusão da pauta.

2.5 – Solicitação do Município de Mineiros de aumento do Teto MAC no valor de R\$ 8.191.859,15 (oito milhões, cento e noventa e um mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e quinze centavos) para R\$ 16.745.664,29 (dezesseis milhões, setecentos e



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

quarenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e nove centavos), incremento anual de R\$ 8.553.805,14 (oito milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, oitocentos e cinco reais e quatorze centavos), destinadas a população própria e referenciada. (SMS Mineiros)

Dra. Janine Carvalho Martins – SMS de Mineiros, apresentou a tela do SISMAC e o teto do município de Mineiros sem os incentivos, no valor de R\$ 8.191.859,15 (oito milhões, cento e noventa e um mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e quinze centavos). No TabNet, demonstrou o período de julho de 2022 a junho de 2023, referente ao MAC, com total anual de R\$ 4.511.939,00 (quatro milhões, quinhentos e onze mil, novecentos e trinta e nove reais). Em relação ao SIA, no mesmo intervalo de tempo, apresentou o valor de R\$ 14.372.176,54 (quatorze milhões, trezentos e setenta e dois mil, cento e setenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos). Somando os valores do SIA e do SIH, o total da produção foi de R\$ 18.884.115,54 (dezoito milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, cento e quinze reais e cinquenta e quatro centavos). Diante dessa diferença, foi realizada a solicitação de 80% do valor excedente.

Dra. Patricia Palmeira – SMS de Inhumas e Presidente do COSEMS, disse que pelo COSEMS estava tudo certo.

2.6 – Pactuar a solicitação do Município de Bom Jesus de Goiás, de incremento do teto MAC de R\$ 890.787,36 (oitocentos e noventa mil, setecentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos) para R\$ 2.140.787,36 (dois milhões, cento e quarenta mil, setecentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos), com incremento anual de R\$ 1.250.000,00 (hum milhão, duzentos e cinquenta mil reais), destinadas a população própria e referenciada. (SMS Bom Jesus de Goiás).

SMS Bom Jesus de Goiás, informou que a solicitação foi motivada pelo aumento significativo na produção. O teto atual é de R\$ 890.787,36 (oitocentos e noventa mil, setecentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos). A produção dos últimos 12 meses, referente ao SIH, foi de R\$ 480.110,78 (quatrocentos e oitenta mil, cento e dez reais e setenta e oito centavos), e no SIA/SUS, totalizou R\$ 1.945.120,88 (um milhão, novecentos e quarenta e cinco mil, cento e vinte reais e oitenta e oito centavos), resultando em uma produção total de R\$ 2.425.231,66 (dois milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, duzentos e trinta e um reais e sessenta e seis centavos), o que representa uma execução de 272,25%. Diante disso, foi solicitado o aumento do teto no valor de R\$ 1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil reais), passando para um total de R\$ 2.140.787,36 (dois milhões, cento e quarenta mil, setecentos e

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

oitenta e sete reais e trinta e seis centavos), o que equivale a um aumento de aproximadamente 82%.

Dra. Delzana – Regional Sul, disse que para alterar “incremento” para “aumento” no texto.

Dra. Patricia Palmeira – SMS de Inhumas e Presidente do COSEMS, afirmou que o que foi discutido e pactuado no Grupo de Trabalho (GT) de maio foi exatamente isso, porém foi ignorado. Ressaltou que os GTs vêm encaminhando as pautas de forma diferente, cada uma redigida de uma maneira distinta. O pedido de pactuar o fluxo teve como objetivo justamente unificar a redação de todos os encaminhamentos que são enviados ao Ministério da Saúde pelo Estado de Goiás.

3 – INFORMES

3.1 – Edital Programa + EPS - (Rafaela Veronezi – Superintendência da Escola de Saúde de Goiás)

Dra. Maria Fátima – Coordenação Técnica da Escola de Saúde/SES, disse que o edital é um lançamento do programa para os municípios goianos, com a intenção de fortalecer a prática de Educação Permanente em todo o Estado de Goiás. A Secretaria de Estado de Saúde, por meio da Escola de Saúde e em parceria com o COSEMS, lançará, no mês de outubro do corrente ano, esse edital, que corresponde ao programa + EPS. O edital já está pronto e será encaminhado para análise da Advocacia Setorial da SES, submetido à CIB e, após esses trâmites, haverá ampla divulgação para os gestores municipais de saúde e secretários de saúde, para que se preparem e fiquem atentos para aderir ao programa. Os projetos enviados pelos municípios serão avaliados, e cada projeto aprovado receberá incentivo financeiro do Estado para a implementação dos Núcleos de Educação Permanente nos municípios goianos. Para cada projeto aprovado, haverá um valor de R\$ 15 mil, com limite total de até R\$ 250 mil. Cada município poderá apresentar até dois projetos, desde que os projetos tenham indicadores estratégicos em saúde diferentes. O projeto apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde deverá basear-se em indicadores de saúde. Essa explicação é para entender como será o processo; todos os detalhes necessários para a implementação do projeto e do Núcleo de Educação Permanente estarão descritos no edital. Finalizou agradecendo e encerrando a pauta.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura/SES, diz cumpriu toda a pauta e passou a palavra para

Dra. Carla Guimarães – Assessora técnica do COSEMS, destacou a importância do



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

editoral para o fomento e fortalecimento das ações de Educação Permanente nos municípios. Solicitou a mobilização conjunta do COSEMS, dos apoiadores e, especialmente, das Regionais de Saúde, por meio do coordenador de Educação Permanente, para que o editorial seja amplamente divulgado, permitindo que as equipes municipais se organizem e concorram de forma assertiva. Espera também que haja monitoramento e avaliação, com acompanhamento próximo dos municípios, pois acredita muito nesse movimento para fortalecer a Educação Permanente. Ressaltou a importância das capacitações, que fortalecem o serviço oferecido na ponta. Destacou que a SES, por meio da Escola de Saúde, trouxe essa proposta, que foi discutida e encaminhada ao Grupo Técnico e, posteriormente, ao Grupo Condutor para elaboração do editorial. Demonstrou entusiasmo, espera adesão dos municípios e que o projeto cresça nos próximos anos, ressaltando que este será um piloto, a primeira vez que acontecerá, e contou com o apoio de todos.

Dra. Patricia Palmeira – SMS de Inhumas e Presidente do COSEMS, disse que está muito entusiasmada com essa pauta, por ser muito importante para o COSEMS. Comentou que Dra. Carla já provocou uma reunião com a superintendente Dra. Rafaela Veronesi, pois os municípios terão um olhar diferente para a implementação das ações. Mesmo que essas estejam previstas em portarias, na prática, as equipes não conseguem multiplicar. Com certeza, o programa + EPS trará a vitalidade e a empolgação no fazer e no qualificar, como foi observado nas mostras, e é isso que se espera.

Dra. Simone Camilo – GRS/SES, disse que trabalhou junto a Escola na elaboração desse Editorial e complementou o que a Dra. Carla falou, a Regional de Saúde tem um papel fundamental no assessoramento e monitoramento junto aos municípios e deixou claro o papel das equipes nas Regionais diante a esse processo.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretaria de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura/SES, disse que as pessoas estão perguntando no Chat, onde poderiam acessar o Editorial, respondeu que o Editorial ainda não teria sido publicado, porque passará em reunião da CIB, e posterior irá para publicação, disse que esse é apenas um informe, solicitou aos municípios para ficarem atentos para começarem a pensar e se organizarem, assim que for publicado será disponibilizado no site da Secretaria, na Escola e ao COSEMS, para que todos tenham o acesso. Disse não ter mais nenhuma pauta, fez o agradecimento para os que participaram e fizeram as considerações nesse espaço e, com certeza, foi feito o melhor para a Saúde Pública e para o SUS. Agradeceu a oportunidade e que estará no próximo GT novamente, agradeceu a Dra. Patrícia pela representatividade junto ao COSEMS e a disposição saudável que tem.



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Patricia Palmeira – SMS de Inhumas e Presidente do COSEMS, fez os agradecimentos, sentiu contemplada na fala da Dra. Ana Carolina, essa discussão é que faz construir a ascendência proposta pelo SUS lá na Constituição, e percebe que vê as pautas terminarem com a verbalização dos Territórios, os anseios, diz estar plenamente feliz e contemplada e ser bravos guerreiros. E disse para almoçarem bem rápido, pois no período da tarde terá o GT de Vigilância, que discutirão assim como foi pela parte da manhã, porque o que é feito com discussão e o que constrói na Bipartite, com os Gestores e muitas das vezes passa pela gestão, a construção é muito difícil, mas a desconstrução é feita no estalar os dedos, a medida que essa propositura que tanto querer fortalecer com trabalhos e com tantas considerações, contribuições, participações e, com certeza, terá o sentimento de que é mais difícil fazer a construção e por isso que é feito a construção sempre juntos, despediu - gratidão a todos.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura/SES, desejou um bom dia a todos e até a próxima.